



Safran

Tradição Secular de Segurança

Safran Seguros Gerais S.A.

**Demonstrações Contábeis
Referentes aos Períodos Findos
em 30 de Junho de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes**

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA SAFRA SEGUROS GERAIS S.A.

| | |
|---|----------|
| RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO..... | 2 |
| BALANÇO PATRIMONIAL..... | 3 |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO | 5 |
| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO..... | 6 |
| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA..... | 7 |

NOTAS EXPLICATIVAS

| | |
|---|-----------|
| 1. CONTEXTO OPERACIONAL..... | 8 |
| 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS..... | 8 |
| 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS | 8 |
| 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA..... | 11 |
| 5. APLICAÇÕES - ATIVOS FINANCEIROS | 12 |
| 6. OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS | 14 |
| 7. TABELA DE DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS..... | 17 |
| 8. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES | 19 |
| 9. DESPESAS ADMINISTRATIVAS | 19 |
| 10. TRIBUTOS | 19 |
| 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO..... | 20 |
| 12. PARTES RELACIONADAS | 20 |
| 13. GESTÃO DE RISCOS | 20 |
| 14. EXIGÊNCIA DE CAPITAL..... | 22 |
| 15. OUTRAS INFORMAÇÕES..... | 23 |
| 16. COMITÊ DE AUDITORIA | 23 |

| | |
|--|-----------|
| RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS..... | 24 |
|--|-----------|

SAFRA SEGUROS GERAIS S.A.
AV. PAULISTA, 2100 – SÃO PAULO – SP
CNPJ: 06.109.373/0001-81

Submetemos à apreciação de V.S.as., as demonstrações contábeis da Safra Seguros Gerais S.A. relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014, e 31 de dezembro de 2014, em conjunto com o Relatório dos Auditores Independentes.

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

Após iniciar o ano com queda do PIB de 0,2% no primeiro trimestre de 2015, os indicadores de atividade do segundo trimestre de 2015 apontam para um aprofundamento da desaceleração econômica no período. Os ajustes na política macroeconômica em curso, imprescindíveis para a recuperação da capacidade de crescimento no médio prazo, começam a mostrar seus efeitos negativos sobre o PIB no curto prazo. A indústria continuou apresentando contração, acumulando redução de 5,3% nos doze meses anteriores (até maio de 2015), explicados pela queda da indústria de transformação (-6,9%), uma vez que a indústria extrativa tem apresentado crescimento (7,9%). O comércio varejista, com forte contribuição negativa das vendas de automóveis e materiais de construção, apresenta queda de 5,0% nos últimos doze meses até maio.

O cenário de inflação segue pressionado, em especial pela forte correção de preços administrados no primeiro semestre de 2015. O IPCA acumulou alta de 6,2% apenas no primeiro semestre de 2015, influenciado por 11,9% devido à elevação dos preços administrados e 4,5% por conta do aumento de preços livres. No acumulado de doze meses, o IPCA passou de 6,4% no final de 2014 para 8,9% em junho. Por conta do cenário de inflação apertada, e com o objetivo de combater os efeitos da depreciação do câmbio e realinhamento de preços administrados, o Banco Central (BC) continuou seu ciclo de aperto monetário, elevando a taxa Selic em 200 pontos base ao longo do primeiro semestre de 2015, atingindo 13,75% no final do semestre.

2. PERFORMANCE NO PERÍODO

A Safra Seguros Gerais S.A. encerrou o primeiro semestre de 2015 com patrimônio líquido de R\$ 51,6 milhões e lucro líquido de R\$ 7,9 milhões no primeiro semestre de 2015. Os ativos totais totalizaram R\$ 156,9 milhões em 30 de junho de 2015, representados basicamente por aplicações em títulos e valores mobiliários. Os prêmios emitidos líquidos totalizaram R\$ 40,1 milhões no primeiro semestre de 2015 (R\$ 46,9 milhões no primeiro semestre de 2014). O índice de sinistralidade no período foi de 39,4% (50,9% no primeiro semestre de 2014).

Agradecemos aos nossos funcionários pela dedicação e esforço demonstrados, aos corretores e em especial, aos nossos clientes pela confiança e fidelidade.

Aprovado pela Diretoria

São Paulo, 29 de julho de 2015.

SAFRA SEGUROS GERAIS S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM MILHARES DE REAIS

| ATIVO | NOTAS | 30.06.2015 | 31.12.2014 |
|---|--------------|-------------------|-------------------|
| CIRCULANTE | | 154.494 | 187.655 |
| Disponível - Caixa e bancos | 4 | 1.170 | 2.068 |
| Aplicações | 3(b) e 5(a) | 118.590 | 142.654 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | 3(e) | 15.066 | 19.778 |
| Prêmios a receber | 6(a-I) | 12.835 | 18.923 |
| Operações com seguradoras | 6(a-II) | 107 | 129 |
| Operações com resseguradoras | 6(a-III) | 2.124 | 726 |
| Outros créditos operacionais | | 557 | 687 |
| Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas | 3(l) e 6(b) | 10.903 | 11.537 |
| Títulos e créditos a receber | 3(f) | 765 | 552 |
| Títulos e créditos a receber | | 260 | 289 |
| Créditos tributários e tributos a compensar | 10(b) | 460 | 258 |
| Outros créditos | | 45 | 5 |
| Despesas antecipadas | | 7 | - |
| Custos de aquisição diferidos - Seguros | 3(m) e 6(c) | 7.436 | 10.379 |
| NÃO CIRCULANTE | | 2.405 | 2.433 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | 2.004 | 2.063 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros - Prêmios a receber | 6(a-I) | - | 766 |
| Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas | 3(l) e 6(b) | 23 | 5 |
| Títulos e créditos a receber | 3(f) | 1.928 | 1.288 |
| Depósitos judiciais e fiscais | | 128 | 128 |
| Créditos tributários e tributos a compensar | 10(b) | 1.800 | 1.160 |
| Custos de Aquisição diferidos | 3(m) e 6(c) | 53 | 4 |
| INVESTIMENTOS - Participações societárias | 3(g) | 195 | 171 |
| IMOBILIZADO | 3(h) | 96 | 80 |
| Bens móveis | | 66 | 51 |
| Outras imobilizações | | 30 | 29 |
| INTANGÍVEL - Outros intangíveis | 3(i) | 110 | 119 |
| TOTAL DO ATIVO | | 156.899 | 190.088 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SAFRA SEGUROS GERAIS S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM MILHARES DE REAIS

| PASSIVO | NOTAS | 30.06.2015 | 31.12.2014 |
|--|--------------------|-------------------|-------------------|
| CIRCULANTE | | 102.211 | 109.389 |
| Contas a pagar | | 6.927 | 14.110 |
| Obrigações a pagar | | 935 | 340 |
| Impostos e encargos sociais a recolher | | 1.746 | 1.659 |
| Encargos trabalhistas | | 329 | 100 |
| Impostos e contribuições | | 3.917 | 12.011 |
| Débitos das operações com seguros e resseguros | 3(e) | 8.827 | 9.279 |
| Operações com seguradoras | | 1.062 | 1.031 |
| Operações com resseguradoras | | 788 | 172 |
| Corretores de seguros e resseguros | 12(c) | 6.749 | 8.030 |
| Outros débitos operacionais | | 228 | 46 |
| Depósitos de terceiros | 6(f) | 148 | 41 |
| Provisões técnicas - Seguros | 3(n) e 6(d-I e II) | 86.309 | 85.959 |
| Danos | | 38.941 | 49.900 |
| Pessoas | | 47.368 | 36.059 |
| NÃO CIRCULANTE - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | | 3.107 | 1.650 |
| Débitos das operações com seguros e resseguros | | - | 342 |
| Operações com seguradoras | | - | 49 |
| Operações com resseguradoras | 13(d) | - | 71 |
| Corretores de seguros e resseguros | | - | 222 |
| Provisões técnicas - Seguros - Danos | 3(n) e 6(d-I e II) | 184 | 48 |
| Outros débitos - Contingências | 3(p) e 8(b e c) | 2.923 | 1.260 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 11 | 51.581 | 79.049 |
| Capital social | | 37.200 | 37.200 |
| Reservas de lucros | | 14.381 | 41.849 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 156.899 | 190.088 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SAFRA SEGUROS GERAIS S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
EM MILHARES DE REAIS**

| | NOTAS | 2015 | 2014 |
|---|---------------------|---------------|---------------|
| OPERAÇÕES DE SEGUROS | | 20.369 | 19.944 |
| PRÊMIOS GANHOS | 6(g-I) | 48.474 | 50.156 |
| Prêmios emitidos líquidos | 6 (a-II) e 13(d) | 40.062 | 46.859 |
| Variações das provisões técnicas de prêmios | 6(d-II) | 8.412 | 3.297 |
| SINISTROS OCORRIDOS | 6(g-I) | (19.113) | (25.509) |
| CUSTOS DE AQUISIÇÃO | 3(m) e 6(c) e (g-I) | (8.464) | (9.100) |
| OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS | 6(g-III) | (691) | (1.622) |
| RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO | 6(g-II) | 163 | 6.019 |
| Receitas - Variação das provisões técnicas | | 905 | 7.322 |
| Despesas | | (742) | (1.303) |
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS | 9 | (8.093) | (1.785) |
| DESPESAS COM TRIBUTOS | 10(a-II) | (4.189) | (2.190) |
| RESULTADO FINANCEIRO | 5(d) | 5.586 | 6.256 |
| Receitas financeiras | | 9.409 | 9.646 |
| Despesas financeiras | | (3.823) | (3.390) |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES | 10(a-I) | 13.673 | 22.225 |
| IMPOSTO DE RENDA | 10(a-I) | (3.619) | (5.587) |
| CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 10(a-I) | (2.147) | (3.359) |
| LUCRO LÍQUIDO | | 7.907 | 13.279 |
| LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (QUANTIDADE DE AÇÕES - 26.097.860) - R\$ | | 0,30 | 0,51 |
| LUCRO LÍQUIDO | | 7.907 | 13.279 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | - | 111 |
| RESULTADO ABRANGENTE | | 7.907 | 13.390 |
| RESULTADO ABRANGENTE POR AÇÃO (QUANTIDADE DE AÇÕES - 26.097.860) - R\$ | | 0,30 | 0,51 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SAFRA SEGUROS GERAIS S.A.**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO - NOTA 11
EM MILHARES DE REAIS**

| | Capital social | Reservas de Lucros | Ajustes TVM | Lucros acumulados | Total |
|--|-----------------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|---------------|
| SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2014 | 37.200 | 16.018 | (383) | - | 52.835 |
| Títulos e valores mobiliários | - | - | 111 | - | 111 |
| Resultado líquido do período | - | - | - | 13.279 | 13.279 |
| Proposta para distribuição do resultado: | | | | | |
| Reserva legal | - | 664 | - | (664) | - |
| Reserva especial | - | 12.615 | - | (12.615) | - |
| SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 | 37.200 | 29.297 | (272) | - | 66.225 |
| SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2015 | 37.200 | 41.849 | - | - | 79.049 |
| Resultado líquido do período | - | - | - | 7.907 | 7.907 |
| Proposta para distribuição do resultado: | | | | | |
| Reserva legal | - | 395 | - | (395) | - |
| Reserva especial | - | 7.512 | - | (7.512) | - |
| Dividendos | - | (35.375) | - | - | (35.375) |
| SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 | 37.200 | 14.381 | - | - | 51.581 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SAFRA SEGUROS GERAIS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
EM MILHARES DE REAIS

| | Notas | 2015 | 2014 |
|--|---------|-----------------|---------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DOS PERÍODOS | | 636 | 6.827 |
| Lucro líquido dos períodos | | 7.907 | 13.279 |
| Ajustes ao lucro líquido: | | | |
| Depreciações e amortizações | | 15 | 15 |
| Provisões para contingências cíveis e trabalhistas | 8(b) | (613) | - |
| Provisões para contingências e obrigações legais, fiscais e previdenciárias | 8(c) | 2.277 | - |
| Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido | 10(a-I) | 5.766 | 8.946 |
| Resultado com títulos disponíveis para venda | 5(c) | (109) | (3.581) |
| Impostos pagos - corrente | | (14.607) | (11.832) |
| 6(a-II) e 13(d) | | | |
| VARIAÇÕES DOS ATIVOS E OBRIGAÇÕES | | (8.078) | 3.164 |
| Aplicações - mensurados ao valor justo por meio do resultado | | (17.818) | (6.677) |
| Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros (Ativas e Passivas) | | 4.684 | 7.222 |
| Outros créditos operacionais | | 130 | 174 |
| Ativos de resseguros - provisões técnicas (Ativas e Passivas) | | 1.103 | 3.943 |
| Títulos e créditos a receber | | (852) | (1.323) |
| Custo de aquisição diferida | | 2.893 | (834) |
| Contas a pagar | | 1.682 | 786 |
| Obrigações a pagar e outras contas a pagar | | 618 | 141 |
| Impostos e contribuições | | 1.064 | 645 |
| Depósitos de terceiros e outros débitos | | 107 | (35) |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | (7.442) | 9.991 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | | |
| Títulos disponíveis para venda | 5(c) | 752 | 32.440 |
| Aquisições | | - | (3.000) |
| Resgates/Vendas | | 752 | 35.440 |
| Alienação de investimentos | | (25) | (18) |
| (Aquisição)/Alienação de imobilizado de uso | | (16) | (11) |
| Aplicação no intangível | | (6) | (7) |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | 705 | 32.404 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | | | |
| Dividendos pagos | 11 | (35.400) | - |
| CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | | (35.400) | - |
| AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | | (42.137) | 42.395 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos | 4 | 47.749 | 7.712 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos | 4 | 5.612 | 50.107 |
| AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | | (42.137) | 42.395 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DIRETORIA

SILVIO APARECIDO DE CARVALHO

PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO

JOSÉ MANUEL DA COSTA GOMES

Contador - CRC nº 1SP219892/O-0

FABIANA TIBOLA ANTUNES

Atuário Responsável Técnico - MIBA 1007

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014 E DEZEMBRO DE 2014
(EM MILHARES DE REAIS)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Safra Seguros Gerais S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima fechada, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar no ramo de seguros elementares, e participa do Convênio de Operações do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, atuando em todas as regiões do Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Safra Seguros Gerais S.A., aprovadas pela Diretoria em 29.07.2015, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SAs) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); além dos respectivos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela SUSEP, desde que não contrariem normas contábeis dispostas pela Circular SUSEP nº 508/2015.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente para todos os períodos comparativos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Fluxo de Caixa

I - Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações com prazo total de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

II - Demonstração do fluxo de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela Companhia como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que:

- Atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita da Companhia e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento;
- Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa, tais como as aplicações em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento; e
- Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da Companhia.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos.

b) Aplicações

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da administração em três categorias específicas: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e
- Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

c) Mensuração ao valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A Companhia classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Dentro desta hierarquia, o valor justo dos instrumentos classificados como níveis 1 e 2, são mensurados através de dados observáveis de mercado. Para instrumentos classificados como nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar a mensurações do valor justo de mercado.

d) Ativos e passivos sem vencimento

Os ativos e passivos sem vencimento definido são contabilizados como Ativo Circulante e Passivo Circulante, respectivamente.

e) Créditos / débitos de operações com seguros e resseguros

I - Créditos

Prêmios a receber: referem-se aos recursos financeiros a ingressar como recebimento dos prêmios relativos aos seguros, registrados na data das emissões das apólices. Sobre estes valores é constituída provisão para risco de crédito quando houver atraso superior a 60 dias, sobre o valor total dos prêmios retidos a que se referem, conforme critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 508/2015.

Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se, basicamente, aos valores a receber de sinistros das operações de cosseguro e resseguro. É constituída provisão para risco de crédito quando houver atraso superior a 60 dias para seguradoras e superior a 180 dias para resseguradoras, calculada sobre o valor total do crédito a que se refere, conforme critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 508/2015.

II - Débitos

Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se à parcela dos prêmios a ser repassada às seguradoras/resseguradoras, referentes às operações cosseguradas/resseguradas. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados.

Corretores de seguros: referem-se às comissões devidas aos corretores. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados.

f) Títulos e créditos a receber

Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. A provisão para riscos sobre créditos, quando aplicável, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, e leva em conta a experiência passada e os atrasos verificados nos créditos a receber de um mesmo devedor no mesmo ramo.

g) Investimentos

São mantidos ao valor de custo, ajustados por redução ao valor recuperável ("impairment").

h) Imobilizado

Corresponde aos itens tangíveis decorrentes da participação no Consórcio DPVAT, contabilizados pela Seguradora Líder.

i) Intangível

Corresponde a ativos não monetários e sem substância física, e que são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros. Os intangíveis estão representados substancialmente por software e gastos com desenvolvimento de sistemas, são registrados ao custo e amortizados utilizando-se o método linear pelo prazo de vida útil estimada, ajustados por redução ao valor recuperável ("impairment").

j) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros – ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

A Companhia não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 30.06.2015 e 2014.

k) Classificação de contratos de seguro e investimento

Um contrato em que se aceita um risco de seguro significativo da contraparte, compensando o segurado se um acontecimento futuro incerto específico afetá-lo adversamente, é classificado como um contrato de seguro. Um contrato que transfere risco financeiro será contabilizado como contrato de seguro quando houver risco de seguro significativo. Um contrato emitido que transfere apenas risco financeiro é registrado como um instrumento financeiro. Já os instrumentos financeiros com características de participação discricionária devem ser tratados como contratos de seguro.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo. Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua

vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

l) Ativos de resseguro – provisões técnicas

Compreendem as provisões técnicas referentes às operações de resseguro.

As operações de resseguro são efetuadas no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados.

m) Custos de aquisição diferidos (DAC)

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

n) Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas de seguros são calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais, conforme disposto pela SUSEP e segundo critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 281/2013, Circular SUSEP nº 462/2013 e alterações posteriores.

I - Seguros

- Provisão de prêmios não ganhos (PPNG): constituída para cobertura de sinistros e despesas a ocorrer referentes aos riscos assumidos na data de cálculo, independentemente de sua emissão, correspondente ao período de vigência a decorrer. É calculada com base no prêmio comercial, bruto de resseguro e líquido de cosseguro cedido, contemplando também a estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE). Entre a emissão e o início de vigência do risco, considera-se o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco. Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada *pro rata die*. A PPNG referente às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas do ressegurador.
- Provisão de sinistros a liquidar (PSL): constituída com base em estimativa de pagamento de indenizações, conforme avisos de sinistros recebidos até a data-base, e atualizada monetariamente de acordo com normas da Susep;
- Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR): constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos mas ainda não reportados à Seguradora. A Seguradora utiliza, para apuração da referida provisão, os percentuais previstos na Circular SUSEP nº 485/2014. Isto decorre do pequeno contingente numérico dos sinistros computados na base de dados da Seguradora;
- Provisão de despesas relacionadas (PDR): constituída para cobertura dos valores esperados de despesas relacionadas aos sinistros ocorridos (avisados ou não). O cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor das despesas a serem pagas.
- Provisão complementar de cobertura (PCC): constituída quando for constatada insuficiência relacionada à PPNG, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas, apuradas no TAP, são efetuados nas próprias provisões.

II - Teste de Adequação de Passivos (TAP)

O Teste de Adequação de Passivos (TAP) tem por objetivo avaliar as obrigações decorrentes dos contratos de certificados dos planos de seguro (exceto DPVAT, DPEM e Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação), considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP e pelos atuários internos da Companhia. Referido teste é realizado trimestralmente e de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 457/2012 e alterações posteriores.

O resultado do TAP é a diferença entre i) o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a ii) soma do saldo contábil na data-base das provisões técnicas (PPNG, PPNG-RVNE, PSL, IBNR), deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

Faz parte da apuração do TAP projeções atuariais de sinistralidade esperada e despesa administrativa. As estimativas correntes dos fluxos de caixa são descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP.

o) Apuração de resultado de seguros e resseguros

Os prêmios de seguros deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e os respectivos custos de comercialização são registrados por ocasião da emissão das respectivas apólices ou faturas ou pela vigência do risco, conforme estabelece a Circular SUSEP nº 508/2015, e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição.

As receitas de contribuições previdenciárias são reconhecidas por ocasião de seu recebimento.

Prêmios de resseguros cedidos são diferidos e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de cobertura, por meio de registro nos ativos de resseguro – provisões técnicas.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

p) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela SUSEP, da seguinte forma:

I - Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.

II - Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracteriza como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas.

As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação.

III - Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

q) Tributos

A seguir, seguem demonstrados os principais tributos e respectivas alíquotas aplicadas. Para efeito das respectivas bases de cálculo, é observada a legislação vigente pertinente a cada encargo.

| | |
|-------------------------------|--------|
| Imposto de Renda | 15,00% |
| Adicional de Imposto de Renda | 10,00% |
| Contribuição Social | 15,00% |
| PIS | 0,65% |
| COFINS | 4,00% |

Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações financeiras.

Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente das provisões para prêmios a receber, das provisões para contingências cíveis, e da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Circular SUSEP nº 508/2015, são atendidos.

Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subseqüentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros.

Em 21 de Maio de 2015, foi emitida a Medida Provisória nº 675, que eleva a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL das sociedades seguradoras, de 15% para 20% a partir de 1º de Setembro de 2015. A Safra Seguros Gerais está avaliando os efeitos da majoração da alíquota em suas demonstrações contábeis, bem como acompanhando a tramitação da Medida Provisória no Congresso.

r) Uso de estimativas contábeis críticas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes, (ii) provisões técnicas de seguros e resseguros e teste de adequação do passivo, (iii) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, (iv) as taxas de depreciação de itens do ativo imobilizado, (v) amortizações de ativos intangíveis e (vi) créditos tributários. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

| | 30.06.2015 | 31.12.2014 | 30.06.2014 |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|
| Disponibilidades | 1.170 | 2.068 | 224 |
| Cotas de fundo de investimento exclusivo livres – Nota 5 | 4.442 | 45.681 | 49.883 |
| Total | 5.612 | 47.749 | 50.107 |

5. APLICAÇÕES - ATIVOS FINANCEIROS

a) Composição da carteira

| | 30.06.2015 | | | 31.12.2014 |
|---|---------------------------------|--------------|----------------|--------------|
| | Valor de mercado ⁽³⁾ | % | Sem vencimento | Até 365 dias |
| Mensurados ao valor justo por meio do resultado – Nota 5(e) | 117.588 | 99,2 | 117.588 | - |
| Cotas de fundos de investimentos livres ⁽¹⁾ – Nota 4 | 4.442 | 3,7 | 4.442 | - |
| Cotas de fundos de investimentos – Vinculados a Garantia ⁽¹⁾ | 65.763 | 55,5 | 65.763 | - |
| Cotas de fundos de investimentos – DPVAT | 47.383 | 40,0 | 47.383 | - |
| Disponíveis para venda | 1.002 | 0,8 | - | 1.002 |
| Certificados de Depósitos Bancários | 1.002 | 0,8 | - | 1.002 |
| Total em 30.06.2015 ⁽²⁾ | 118.590 | 100,0 | 117.588 | 1.002 |
| % por prazo de vencimento | | | 99,2 | 0,8 |
| Total em 31.12.2014 ⁽²⁾ | 142.654 | 100,0 | 141.009 | 1.645 |
| % por prazo de vencimento | | | 98,8 | 1,2 |

⁽¹⁾ Referem-se a cotas de fundo de investimento exclusivo das empresas do Grupo Safra, administrado pela JS Administração de Recursos S.A.. A carteira dos fundos de investimentos livres está composta substancialmente por operações compromissadas com lastro em títulos públicos e a carteira dos fundos vinculados a garantia está composta substancialmente por títulos públicos.

⁽²⁾ Destes montantes, o valor de R\$ 113.146 (R\$ 95.328 em 31.12.2014) está vinculado à SUSEP como recurso garantidor para cobertura das reservas técnicas de seguros - Nota 6(e).

⁽³⁾ Não houve ganhos e/ou perdas não realizados durante o período findo em 30.06.2015. Desta forma, o saldo referente a valor de mercado é igual ao saldo do custo contábil

b) Instrumentos financeiros derivativos

Durante os períodos findos em 30.06.2015 e 31.12.2014, a Companhia não detinha operações de instrumentos financeiros derivativos.

c) Movimentação das aplicações – ativos financeiros

| | Mensurados ao valor justo por meio do resultado | Disponíveis para venda |
|-----------------------------------|---|------------------------|
| | 01.01 a 30.06.2015 | 01.01 a 30.06.2015 |
| Saldo no início do período | 141.009 | 1.645 |
| Aquisição no período | 50.921 | - |
| Resgates | (81.045) | (752) |
| Resultado | 6.703 | 109 |
| Receita de juros – Nota 5(d) | 6.703 | 109 |
| Saldo no final do período | 117.588 | 1.002 |

d) Resultado financeiro

| | 2015 | 2014 |
|--|----------------|----------------|
| Receitas Financeiras | 9.409 | 9.646 |
| Receitas com títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos | 6.818 | 6.530 |
| Mensurados ao valor justo por meio do resultado – Nota 5(c) | 6.703 | 2.949 |
| Disponíveis para venda – Nota 5(c) | 109 | 3.581 |
| Outras | 6 | - |
| Receitas financeiras com operações de seguros | 2.454 | 3.112 |
| Outras | 137 | 4 |
| Despesas Financeiras | (3.823) | (3.390) |
| Despesas financeiras com operações de seguros | (3.793) | (3.351) |
| Outras | (30) | (39) |
| Resultado financeiro líquido | 5.586 | 6.256 |

e) Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

| | 30.06.2015 | | |
|--|-------------------|----------------|----------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Total |
| Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado - cotas de fundo de investimentos – Títulos públicos - Nota 5(a) | 116.551 | 1.037 | 117.588 |
| Títulos disponíveis para venda – Certificados de Depósitos Bancários | - | 1.002 | 1.002 |
| Total | 116.551 | 2.039 | 118.590 |
| | 31.12.2014 | | |
| Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado - cotas de fundo de investimentos – Títulos públicos - Nota 5(a) | 140.169 | 840 | 141.009 |
| Títulos disponíveis para venda | - | 1.645 | 1.645 |
| Total | 140.169 | 2.485 | 142.654 |

⁽¹⁾ Em 30.06.2015 e 31.12.2014 não havia títulos de valores mobiliários classificados em Nível 3.

Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem modificação (SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo e ANBIMA - Associação Brasileira dos Mercados Financeiros de Capitais).

Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os inputs significativos são baseados nos dados de mercados observáveis (SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo e ANBIMA - Associação Brasileira dos Mercados Financeiros e de Capitais).

Nível 3 - técnicas de avaliação, para as quais qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

6. OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a) Créditos das operações com seguros e resseguros

I - Prêmios a receber

1) Composição do saldo

| | 30.06.2015 | | | | 31.12.2014 | | | |
|----------------------------|--------------|---------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------|-------------|---------------|-------------|
| | Vencidos | A vencer | Risco de crédito – Nota 3(e-I) | Riscos vigentes e não emitidos | TOTAL | PRAZO MÉDIO | TOTAL | PRAZO MÉDIO |
| Compreensivo | 1.950 | 9.686 | (862) | 889 | 11.663 | 6 | 18.299 | 5 |
| Riscos diversos | 57 | 78 | (6) | 128 | 257 | 6 | 47 | 7 |
| Responsabilidade civil | 135 | 590 | (39) | 89 | 775 | 5 | 1.110 | 5 |
| Outros | 34 | 106 | (7) | 7 | 140 | 6 | 233 | 5 |
| Total em 30.06.2015 | 2.176 | 10.460 | (914) | 1.113 | 12.835 | | 19.689 | |
| Total em 31.12.2014 | 1.987 | 18.162 | (826) | 366 | 19.689 | | | |

2) Parcelas por vencimento

| | 30.06.2015 | 31.12.2014 |
|-------------------|---------------|---------------|
| Vencidos | 2.176 | 1.985 |
| De 01 a 30 dias | 697 | 567 |
| De 31 a 60 dias | 307 | 351 |
| De 61 a 180 dias | 183 | 150 |
| Acima de 180 dias | 989 | 919 |
| A vencer | 10.460 | 18.162 |
| De 01 a 30 dias | 2.855 | 4.565 |
| De 31 a 60 dias | 2.056 | 3.267 |
| De 61 a 180 dias | 5.376 | 9.595 |
| Acima de 180 dias | 173 | 735 |
| Total | 12.636 | 20.149 |

3) Por movimentação no período

| | 01.01 a 30.06.2015 |
|--|--------------------|
| Saldo no início do período | 19.689 |
| (+) Prêmios emitidos e riscos vigentes e não emitidos ^{(1) (2)} | 17.242 |
| (-) Recebimentos ⁽²⁾ | (25.497) |
| (+) Variação de riscos de crédito | (88) |
| (+) Juros sobre recebimento de prêmios | 1.489 |
| Saldo no final do período | 12.835 |

⁽¹⁾ Não inclui repasse de prêmio de cosseguro de R\$ (504).

⁽²⁾ Não inclui DPVAT no montante de R\$ 23.324.

II - Operações com seguradoras

| | 30.06.2015 | 31.12.2014 |
|--|------------|------------|
| Sinistros a recuperar | 264 | 86 |
| Comissão de cosseguro cedido | 57 | 94 |
| Risco de crédito sobre sinistros a recuperar de cosseguro cedido | (214) | 51 |
| Total | 107 | 129 |

III - Operações com resseguradoras

| | 30.06.2015 | 31.12.2014 |
|--|--------------|------------|
| Sinistros a recuperar | 2.738 | 2.395 |
| Risco de crédito sobre sinistros a recuperar de resseguro cedido | (1.958) | (1.895) |
| Outros créditos | 1.344 | 226 |
| Total | 2.124 | 726 |

b) Ativos de Resseguros – Provisões Técnicas

I - Saldo das provisões técnicas

| | 30.06.2015 | | | 31.12.2014 | |
|----------------------------|--------------------------------|-------------------------------------|--|---------------|---------------|
| | Provisão de prêmios não ganhos | Sinistros a liquidar ⁽¹⁾ | Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados | TOTAL | TOTAL |
| Aeronáutico | 140 | 1.527 | 25 | 1.692 | 1.526 |
| Compreensivo | 926 | 5.818 | 44 | 6.788 | 7.735 |
| Responsabilidade civil | - | 2.386 | - | 2.386 | 2.090 |
| Outros | 57 | - | 3 | 60 | 191 |
| Total em 30.06.2015 | 1.123 | 9.731 | 72 | 10.926 | 11.542 |
| Total em 31.12.2014 | 1.466 | 9.954 | 122 | 11.542 | |

II - Movimentação dos ativos de resseguro no período

| | 01.01 a 30.06.2015 | | |
|-----------------------------------|--------------------------------|--|---------------|
| | Provisão de prêmios não ganhos | Sinistros a liquidar e ocorridos mas não avisados ⁽¹⁾ | TOTAL |
| Saldo no início do período | 1.466 | 10.076 | 11.542 |
| Varição das provisões técnicas | (343) | 905 | 562 |
| Recuperações | - | (1.178) | (1.178) |
| Saldo no final do período | 1.123 | 9.803 | 10.926 |

⁽¹⁾ Inclui 19 (17 em 31.12.2014) sinistros judiciais no montante de R\$ 7.643 (R\$ 6.850 em 31.12.2014).

c) Custo de aquisição diferido

| 01.01 a 30.06.2015 | |
|--|---------------|
| Saldo no início do período | 10.383 |
| Comissões | 5.570 |
| Apropriação no resultado – Nota 6(g-I) | (8.464) |
| Saldo no final do período | 7.489 |

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 48 meses para o ramo de Riscos Diversos e 12 meses para os demais ramos.

d) Provisões técnicas – Seguros

I - Composição dos saldos

| | 30.06.2015 | | | 31.12.2014 | |
|----------------------------|---|-------------------------------------|--|---------------|---------------|
| | Provisão de prêmios não ganhos ⁽¹⁾ | Sinistros a liquidar ⁽²⁾ | Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados | TOTAL | TOTAL |
| Aeronáutico | - | 1.546 | - | 1.546 | 1.546 |
| Compreensivo | 22.130 | 6.272 | 1.056 | 29.458 | 39.035 |
| Responsabilidade civil | 1.293 | 3.138 | 207 | 4.638 | 4.115 |
| Danos pessoais DPVAT | 621 | 18.193 | 28.554 | 47.368 | 36.058 |
| Outros | 723 | 2.740 | 20 | 3.483 | 5.253 |
| Total em 30.06.2015 | 24.767 | 31.889 | 29.837 | 86.493 | 86.007 |
| Total em 31.12.2014 | 33.333 | 33.240 | 19.434 | 86.007 | |

II - Movimentação das provisões técnicas de seguros no período

| | 01.01 a 30.06.2015 | | | |
|--|---|---|------------------------------------|---------------|
| | Provisão de prêmios não ganhos ⁽¹⁾ | Sinistros a liquidar e ocorridos mas não avisados | Sinistros Judiciais ⁽²⁾ | TOTAL |
| Saldo no início do período | 33.333 | 27.458 | 25.216 | 86.007 |
| Varição de provisões técnicas - Avisadas | (8.412) | 17.183 | 3.123 | 11.894 |
| Alteração de estimativa | - | 7 | (1.201) | (1.194) |
| Sinistros pagos | - | (10.855) | (2.046) | (12.901) |
| Atualização monetária | - | 2.455 | 386 | 2.841 |
| Outros | (154) | - | - | (154) |
| Saldo no final do período | 24.767 | 36.248 | 25.478 | 86.493 |

⁽¹⁾ Em 30.06.2015, inclui outras provisões de prêmios no valor de R\$ 621 (R\$ 432 em 31.12.2014).

⁽²⁾ O ano de aviso dos sinistros está demonstrado na Nota 7. O montante de DPVAT convênio judicial é R\$ 13.995 (R\$ 12.949 em 31.12.2014).

e) Garantias de provisões técnicas

| | 30.06.2015 | 31.12.2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Total de provisões técnicas a serem garantidas | 71.253 | 65.423 |
| Provisões técnicas - Nota 14 | 23.885 | 29.365 |
| Provisões técnicas de seguros – Nota 6(d-I) | 39.125 | 49.949 |
| Ativos de resseguro – provisões técnicas ⁽¹⁾ – Nota 6(b-II) | (9.803) | (10.076) |
| Direitos creditórios sobre prêmios de seguros | (5.437) | (10.508) |
| Provisões técnicas - DPVAT - Nota 6(d-I) | 47.368 | 36.058 |
| Ativos garantidores das provisões técnicas - Nota 5(a) | 113.146 | 95.328 |
| Cotas de fundos de investimentos – Exclusivos | 65.763 | 59.254 |
| Tesouro Nacional – Letras do Tesouro Nacional | 64.726 | 58.414 |
| Outros | 1.037 | 840 |
| Cotas de fundos de investimentos – DPVAT | 47.383 | 36.074 |
| Cobertura Excedente ⁽²⁾ | 41.893 | 29.905 |

⁽¹⁾ Não inclui PPNG no valor de R\$ 1.123 (R\$ 1.466 em 31.12.2014) – Nota 6(b).

⁽²⁾ Deste montante, R\$ 15 (R\$ 16 em 31.12.2014) referem-se às operações de DPVAT.

f) Depósitos de terceiros

Representado por cobrança antecipada de prêmio, no montante de R\$ 148 (R\$ 41 em 31.12.2014).

g) Resultado de operações com seguros e resseguro

I - Prêmios ganhos, custos de aquisição e sinistros ocorridos

| Ramos | Prêmios Ganhos | | Custo de Aquisição | | Sinistros Ocorridos | |
|------------------------|----------------|---------------|--------------------|----------------|---------------------|-----------------|
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| Compreensivo | 23.919 | 27.943 | (7.688) | (8.611) | 456 | (6.861) |
| Riscos diversos | 62 | 16 | 29 | 215 | 1.888 | 5 |
| Danos pessoais - DPVAT | 22.981 | 20.793 | (331) | (303) | (20.191) | (18.331) |
| Responsabilidade civil | 1.323 | 1.395 | (420) | (414) | (1.363) | (164) |
| Outros | 189 | 9 | (54) | 13 | 97 | (158) |
| Total | 48.474 | 50.156 | (8.464) | (9.100) | (19.113) | (25.509) |

II - Resultado de operações de resseguros

| | Receitas ⁽¹⁾ | | Despesas ⁽²⁾ | |
|------------------------|-------------------------|--------------|-------------------------|----------------|
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| Compreensivo | (292) | 6.987 | (567) | (1.029) |
| Riscos diversos | 1 | - | (9) | (4) |
| Responsabilidade civil | 1.298 | 245 | (161) | (270) |
| Outros | (102) | 90 | (5) | - |
| Total | 905 | 7.322 | (742) | (1.303) |

⁽¹⁾ Representado por recuperação de sinistros ocorridos.

⁽²⁾ Representado por repasse de prêmios de resseguro.

III - Outras receitas e despesas de operações de seguros

| | 2015 | 2014 |
|---|----------------|----------------|
| Receitas | 1.408 | 1.302 |
| Convênio DPVAT | 1.423 | 1.302 |
| Outras receitas com operações de seguros | (15) | - |
| Despesas | (2.099) | (2.924) |
| Despesas com convênio DPVAT | (1.719) | (1.588) |
| (Provisão)/Reversão para risco de crédito | (313) | (1.336) |
| Outras despesas com operações de seguros | (67) | - |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas | (691) | (1.622) |

h) Provisão complementar de cobertura – PCC e Teste de adequação do passivo - TAP

O cálculo do Teste de Adequação do Passivo – TAP, realizado em 30.06.2015, não resultou na constituição de provisão – Nota 3(n-II).

7. TABELA DE DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

A provisão de sinistros a liquidar bruta de resseguro é composta da seguinte forma:

Provisão de Sinistros a Liquidar – Nota 6(d-I): R\$ 31.889

(-) Operações DPVAT – Nota 6(d-I): R\$ 18.193

Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de resseguro: R\$ 13.696

| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | Total | |
|---|--------------|--------------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|------------|--|---------------|
| Estimativas de Sinistros | | | | | | | | | | | | | |
| No ano do aviso | 5.938 | 3.422 | 1.248 | 1.956 | 2.897 | 1.514 | 2.773 | 1.811 | 3.286 | 12.777 | 377 | - | |
| Um ano após | 4.640 | 3.311 | 932 | 1.653 | 2.385 | 1.522 | 2.293 | 1.485 | 3.605 | 12.691 | - | - | |
| Dois anos após | 4.628 | 3.312 | 962 | 1.548 | 1.009 | 1.752 | 2.238 | 1.552 | 3.802 | - | - | - | |
| Três anos após | 4.628 | 3.312 | 962 | 1.548 | 1.215 | 1.748 | 2.026 | 1.557 | - | - | - | - | |
| Quatro anos após | 5.039 | 3.312 | 970 | 1.548 | 1.215 | 2.036 | 2.131 | - | - | - | - | - | |
| Cinco anos após | 5.027 | 3.305 | 970 | 1.548 | 1.307 | 2.080 | - | - | - | - | - | - | |
| Seis anos após | 4.958 | 4.285 | 973 | 1.621 | 1.108 | - | - | - | - | - | - | - | |
| Sete anos após | 5.068 | 2.816 | 969 | 1.621 | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Oito anos após | 5.097 | 3.327 | 975 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Nove anos após | 6.122 | 3.327 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Dez anos após | 6.285 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Estimativa em 30.06.2015 | 6.285 | 3.327 | 975 | 1.621 | 1.108 | 2.080 | 2.131 | 1.557 | 3.802 | 12.691 | 377 | 35.954 | |
| Pagamentos de Sinistros | | | | | | | | | | | | | |
| No ano do aviso | 1.896 | 1.791 | 583 | 1.208 | 606 | 1.272 | 1.559 | 596 | 1.266 | 11.037 | 98 | - | |
| Um ano após | 3.095 | 2.746 | 792 | 1.338 | 844 | 1.520 | 1.844 | 1.496 | 1.824 | 12.107 | - | - | |
| Dois anos após | 3.095 | 2.746 | 792 | 1.338 | 844 | 1.533 | 1.849 | 1.496 | 1.824 | - | - | - | |
| Três anos após | 3.095 | 2.746 | 792 | 1.338 | 1.090 | 1.533 | 1.849 | 1.496 | - | - | - | - | |
| Quatro anos após | 3.095 | 2.746 | 963 | 1.338 | 1.091 | 1.534 | 1.939 | - | - | - | - | - | |
| Cinco anos após | 3.095 | 2.746 | 963 | 1.338 | 1.093 | 1.534 | - | - | - | - | - | - | |
| Seis anos após | 3.095 | 2.746 | 966 | 1.621 | 1.093 | - | - | - | - | - | - | - | |
| Sete anos após | 3.353 | 3.141 | 966 | 1.621 | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Oito anos após | 3.385 | 3.327 | 966 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Nove anos após | 3.385 | 3.327 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Dez anos após | 3.385 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Pagamentos em 30.06.2015 | 3.385 | 3.327 | 966 | 1.621 | 1.093 | 1.534 | 1.939 | 1.496 | 1.824 | 12.107 | 98 | 29.390 | |
| PSL em 30.06.2015 | 2.900 | - | 9 | - | 15 | 546 | 192 | 61 | 1.978 | 584 | 279 | 6.564 | |
| | | | | | | | | | | | | Passivos de sinistros anteriores a 2005 | 7.132 |
| | | | | | | | | | | | | Total do Passivo em 30.06.2015 | 13.696 |
| Diferenças entre Estimativa final e inicial | (347) | 95 | 273 | 335 | 1.789 | (566) | 642 | 254 | (516) | 86 | - | - | |
| Diferenças entre Estimativa final e inicial (%) | (6%) | 3% | 28% | 21% | 161% | (27%) | 30% | 16% | (14%) | 1% | - | - | |

A provisão de sinistros a liquidar líquida de resseguro é composta da seguinte forma:

Provisão de Sinistros a Liquidar: R\$ 13.696

(-) Recuperação de Sinistros a Liquidar: R\$ 9.731

Provisão de Sinistros a Liquidar: R\$ 3.965

| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | Total | |
|---|--------------|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|------------|--|--------------|
| Estimativas de Sinistros | | | | | | | | | | | | | |
| No ano do aviso | 757 | 1.022 | 405 | 669 | 386 | 286 | 572 | 177 | 209 | 3.142 | 156 | - | |
| Um ano após | 782 | 1.011 | 355 | 605 | 306 | 278 | 464 | 144 | 554 | 4.055 | - | - | |
| Dois anos após | 775 | 1.009 | 386 | 583 | 188 | 294 | 450 | 150 | 570 | - | - | - | |
| Três anos após | 775 | 1.009 | 386 | 583 | 302 | 290 | 246 | 150 | - | - | - | - | |
| Quatro anos após | 805 | 1.008 | 371 | 583 | 302 | 333 | 338 | - | - | - | - | - | |
| Cinco anos após | 786 | 1.008 | 371 | 583 | 363 | 331 | - | - | - | - | - | - | |
| Seis anos após | 717 | 1.017 | 374 | 834 | 341 | - | - | - | - | - | - | - | |
| Sete anos após | 827 | 1.012 | 377 | 834 | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Oito anos após | 856 | 1.140 | 384 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Nove anos após | 1.013 | 1.140 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Dez anos após | 1.025 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Estimativa em 30.06.2015 | 1.025 | 1.140 | 384 | 834 | 341 | 331 | 338 | 150 | 570 | 4.055 | 156 | 9.324 | |
| Pagamentos de Sinistros | | | | | | | | | | | | | |
| No ano do aviso | 239 | 796 | 239 | 505 | 176 | 161 | 195 | 76 | 76 | 2.969 | 98 | - | |
| Um ano após | 522 | 950 | 288 | 551 | 219 | 279 | 223 | 142 | 392 | 4.036 | - | - | |
| Dois anos após | 522 | 950 | 288 | 551 | 219 | 291 | 226 | 142 | 392 | - | - | - | |
| Três anos após | 522 | 950 | 288 | 551 | 323 | 291 | 220 | 142 | - | - | - | - | |
| Quatro anos após | 522 | 950 | 371 | 551 | 324 | 292 | 310 | - | - | - | - | - | |
| Cinco anos após | 522 | 950 | 371 | 551 | 325 | 292 | - | - | - | - | - | - | |
| Seis anos após | 522 | 950 | 374 | 834 | 326 | - | - | - | - | - | - | - | |
| Sete anos após | 780 | 954 | 374 | 834 | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Oito anos após | 812 | 1.140 | 375 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Nove anos após | 812 | 1.140 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Dez anos após | 812 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Pagamentos em 30.06.2015 | 812 | 1.140 | 375 | 834 | 326 | 292 | 310 | 142 | 392 | 4.036 | 98 | 8.757 | |
| PSL em 30.06.2015 | 213 | - | 9 | - | 15 | 39 | 28 | 8 | 178 | 19 | 58 | 567 | |
| | | | | | | | | | | | | Passivos de sinistros anteriores a 2005 | 3.398 |
| | | | | | | | | | | | | Total do Passivo em 30.06.2015 | 3.965 |
| Diferenças entre Estimativa final e inicial | (268) | (118) | 21 | (165) | 45 | (45) | 234 | 27 | (361) | (913) | - | | |
| Diferenças entre Estimativa final e inicial (%) | (26%) | (10%) | 5% | (20%) | 13% | (14%) | 69% | 18% | (63%) | (23%) | - | | |

8. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente.

b) Provisões e Passivos Contingentes – Ações Cíveis

Estão representadas, substancialmente, por pleitos de indenização por danos materiais e/ou morais, versando, principalmente, sobre questões atinentes a crédito direto ao consumidor, cobrança e empréstimos, protestos de títulos, inclusão de informações no cadastro de restrições ao crédito.

As ações cíveis são avaliadas quando do recebimento da notificação judicial e atualizadas mensalmente, revisadas periodicamente e quantificadas com base na fase processual, nas provas apresentadas e na jurisprudência de acordo com a avaliação da Administração quanto ao grau de risco de perda da ação judicial. A provisão é constituída quando a probabilidade de perda é considerada provável.

O valor provisionado compreende R\$ 7 (R\$ 614 em 31.12.2014) de ações cíveis – Nota 9, R\$ 18 de ações trabalhistas (R\$ 24 em 31.12.2014) e R\$ 68 (R\$ 68 em 31.12.2014) de outras provisões.

Não há passivos contingentes classificados como perda possível.

c) Provisões e Passivos Contingentes – Ações Fiscais

Em 2015, representado pela constituição de contingência de Encargos Sociais sobre verbas não remuneratórias, no montante de R\$ 2.830 (R\$ 553 em 31.12.2014) – Nota 10(a-II).

9. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | 2015 | 2014 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Pessoal | (7.652) | (977) |
| Administrativas – DPVAT | (736) | (569) |
| Serviços de terceiros | (287) | (192) |
| Contingências cíveis – Nota 8(b-I) | 607 | - |
| Outras | (25) | (47) |
| Total | (8.093) | (1.785) |

10. TRIBUTOS

a) Composição das despesas com impostos e contribuições

I – Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

| | 2015 | 2014 |
|---|----------------|----------------|
| Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 13.673 | 22.225 |
| Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes - Nota 3(q) | (5.469) | (8.890) |
| (Inclusões) Exclusões Permanentes | (297) | (56) |
| Dividendos recebidos | 2 | 2 |
| Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis | (44) | 14 |
| Crédito tributário não reconhecido no período/reconhecimento de períodos anteriores | (255) | (72) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social do período | (5.766) | (8.946) |

II – Composição das despesas com tributos

Referem-se substancialmente a PIS/COFINS no montante de R\$ 1.616 (R\$ 1.962 em 31.12.2014) e contingências fiscais no montante de R\$ 2.273 – Nota 8(c).

b) Créditos tributários e tributos a compensar

Representado substancialmente por risco de crédito de operações de seguros no valor de R\$ 1.234 (R\$ 1.109 em 31.12.2014) e provisão de contingências fiscais R\$ 656, refletidos no resultado.

A previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal.

| Exercício de realização | Créditos Tributários |
|---------------------------|----------------------|
| 2015 | 460 |
| 2016 | 255 |
| 2017 | 255 |
| 2018 | 255 |
| 2019 | 908 |
| 2020 a 2022 | 126 |
| 2023 a 2024 | 1 |
| Total | 2.260 |
| Valor Presente (*) | 1.850 |

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações

O Capital Social está representado por 26.097.860 (26.097.860 em 31.12.2014) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 0,1% do lucro líquido do exercício, após as destinações legais e estatutárias.

Em Reunião da Diretoria realizada em 02.02.2015, foi aprovada a declaração de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 35.400, já contemplando o valor de R\$ 25 referente ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2014. O pagamento foi realizado em 05.02.2015.

c) Reservas de lucros

| | 30.06.2015 | 31.12.2014 |
|---------------------------|---------------|---------------|
| Reservas de lucros | 14.381 | 41.849 |
| Legal | 5.744 | 5.349 |
| Especial ⁽¹⁾ | 8.637 | 36.500 |

⁽¹⁾ Reserva constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da sociedade, e/ou expansão de suas atividades.

d) Movimentação do ajuste de avaliação patrimonial dos ativos financeiros disponíveis para venda:

| | 01.01 a 31.12.2014 |
|--|-----------------------|
| Saldo no início do período | (383) |
| Ajuste proveniente das alterações do valor justo | 383 |
| Títulos disponíveis para venda | 669 |
| Impostos diferidos | (286) |
| Saldo no final do período | - |

Não houve movimentação do ajuste de avaliação patrimonial durante o período findo em 30.06.2015.

12. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27.03.2015, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para a Administração no montante de R\$ 800 (R\$ 800 em 2014). A remuneração recebida pela Administração monta a R\$ 240 (R\$ 240 em 2014).

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração.

b) Participação acionária

| Acionistas | Quantidade | (%) |
|---|-------------------|---------------|
| Banco Safra S.A. | 26.097.176 | 99,99 |
| Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil | 684 | 00,01 |
| Total | 26.097.860 | 100,00 |

c) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) – Da Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

| | Ativos/(Passivos) | | Receitas/(Despesas) | |
|---|-------------------|------------|---------------------|----------|
| | 30.06.2015 | 31.12.2014 | 2015 | 2014 |
| Disponibilidades ⁽¹⁾ | 1.167 | 2.066 | - | - |
| Depósitos em Moeda Estrangeira no País ⁽¹⁾ | 3 | 3 | - | - |
| Obrigações a pagar – Dividendos ⁽¹⁾ - Nota 11(b) | - | (25) | - | - |
| Débito de Operações com seguros e resseguros / Comissões | (6.496) | (7.317) | (8.521) | (10.763) |
| Canárias Corretora de Seguros S.A. | - | - | - | (3.224) |
| SIP Administração e Participação Ltda. | (6.496) | (7.317) | (8.521) | (7.539) |

⁽¹⁾ Refere-se a transações integralmente relacionadas ao Banco Safra S.A. (controlador).

13. GESTÃO DE RISCOS

A Safra Seguros Gerais S.A. mantém, através de seu controlador (Banco Safra S.A.), um conjunto de normas e procedimentos para assegurar o adequado gerenciamento dos principais riscos aos quais estamos expostos, além de controles internos que garantem o cumprimento das políticas estabelecidas. O Banco Safra concentra as estruturas responsáveis pela gestão dos riscos de mercado, liquidez e operacional na Diretoria Executiva de Riscos Corporativos e a gestão do risco de crédito na Diretoria de Análise de Crédito, formando a base necessária para atendimento à regulamentação vigente. No site do Banco Safra S.A. (www.safra.com.br) estão disponíveis informações detalhadas relativas às estruturas de gerenciamento de riscos de crédito, mercado e operacional.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito consiste no risco de uma contraparte causar perda financeira ao não liquidar uma obrigação, e decorre principalmente de aplicações financeiras e créditos de operações com seguradoras e resseguradoras.

O Comitê de Gerenciamento de Risco de Crédito concentra a governança do Risco de Crédito de modo a garantir a visão completa do ciclo de crédito. Para assegurar a independência necessária para a sua atuação, este comitê conta com a participação de diretores e superintendentes executivos das áreas relacionadas. De acordo com a natureza do assunto, o Comitê pode remetê-lo ao Conselho de Administração.

O Grupo Safra utiliza modelos internos para medir a capacidade de pagamento de operações com seguradoras e resseguradoras. Para o processo de decisão de crédito, o Safra procura obter o maior volume de informações sobre o cliente e seu negócio, bem como conhecer a sua capacidade legal e de cumprimento das obrigações através de uma avaliação da suficiência de geração de recursos, estrutura de capital e liquidez. Essas informações, atreladas ao enquadramento dos critérios e políticas de crédito, subsidiam a tomada de decisão final. A qualidade do crédito, os níveis de concentração e os indicadores de inadimplência são monitorados continuamente, visando garantir o retorno dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito referente aos ativos patrimoniais corresponde aos seus valores contábeis brutos.

As aplicações em títulos e valores mobiliários são classificadas segundo modelo interno de classificação, baseado nos ratings das agências de classificação de risco. O Grupo Safra adota a pior classificação entre as notas das contrapartes dadas pela Moody's, Fitch Ratings e Standard and Poor's, e os classifica em "investment grade" e "non investment grade". Em 30.06.2015, a carteira de aplicações financeiras era composta integralmente por ativos classificados como "investment grade".

b) Risco de Mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado de posições detidas. A implantação de novos produtos ou instrumentos financeiros que ocasionem novos fatores de risco para a gestão da Tesouraria depende de aprovação da área de Risco de Mercado, pelo fato desta ser responsável pelos processos de apreçamento para marcação a mercado e apuração de resultado gerencial e dos riscos. As políticas que regem a gestão do risco de mercado – Política de Risco de Mercado e Política de Limites de Riscos de Mercado – são divulgadas aos gestores da Tesouraria e das áreas de controle e suporte, através da Intranet corporativa, além de haver publicação da estrutura de gerenciamento de Risco de Mercado em ambiente de acesso público.

O Safra mantém sua exposição total a riscos de mercado medida pelo Value at Risk (VaR) diário com 99% de confiança, com ajustes para efeitos de não-normalidade. Os cálculos de volatilidades e correlações são feitos pelo método EWMA (Exponentially Weighted Moving Average) para os ativos lineares, taxa de juros, câmbio e ações, com parâmetro de decaimento temporal (λ) igual a 0,94. Para os ativos não-lineares são elaborados modelos específicos, como simulações de Monte Carlo. Adota como política a perda máxima esperada inferior a 3% do seu Patrimônio de Referência. Visando ao cumprimento desta determinação, estipula metas para a Tesouraria compatíveis com esta exposição ao risco.

A Área de Risco de Mercado complementa suas avaliações de risco de mercado com a utilização de métricas de estresse, contemplando crises em períodos históricos, bem como em cenários prospectivos, além de efeitos de estresse de correlações entre famílias de fatores de riscos. Adicionalmente, são estabelecidos limites mensais de Perda Máxima (Stop Loss) para encerramento das exposições em tesouraria.

A análise de sensibilidade consiste em uma simulação que não considera o poder de reação da Administração frente aos cenários apresentados, o que certamente mitigaria as perdas que seriam incorridas. Além disso, os impactos apresentados não representam potencial prejuízo contábil, pois a metodologia utilizada não se baseia em práticas contábeis da Companhia.

Em 2015, como as aplicações estão indexadas em CDI, não foram identificados riscos financeiros sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia em nenhum dos cenários abaixo:

- **Cenário 1:** Aplicação de choques de 1 ponto-base para taxa de juros.
- **Cenário 2:** Aplicação de choques de 25% nas respectivas curvas ou preços.
- **Cenário 3:** Aplicação de choques de 50% nas respectivas curvas ou preços.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na probabilidade da instituição não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Safra possui estrutura específica para monitoramento e controle dos riscos de liquidez, realizados pela gerência de Liquidez e Fluxo de Caixa, parte integrante da área de Riscos e Investimento. O objetivo geral do gerenciamento deste risco é acompanhar a necessidade de liquidez frente ao vencimento projetado dos compromissos, evitando descasamentos e, ao mesmo tempo, otimizando a rentabilidade dos ativos.

São realizados comitês para a gestão de ativos e passivos, com periodicidade no mínimo semestral tendo como objetivo definir as estratégias de liquidez a serem seguidas em um horizonte de dois anos. O caixa é monitorado diariamente, com reportes aos gestores e diretores responsáveis. As fontes de liquidez são regularmente revisadas pelo Comitê de Ativos e Passivos com o objetivo de manter a diversificação do funding no que diz respeito a segmentos, provedores, produtos e prazos.

As análises são baseadas em estatísticas e projeções sobre o comportamento de pagamentos e recebimentos, a fim de avaliar os impactos no caixa ao longo do tempo em um conjunto de cenários: planejamento ou normalidade, esgotamento de ativos e de passivos (run off), crise geral (stress) e crise geral mais crise específica (hard stress). Os resultados produzidos pela aplicação desses cenários são discutidos nas reuniões do Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

A liquidez da Companhia referente às atividades de seguro está demonstrada na Nota 6(e).

d) Risco de Subscrição

A Companhia possui uma política de subscrição de riscos na qual são descritos todos os procedimentos e regras para a aceitação do risco, elaborada pelo departamento técnico, além de diretrizes para a análise prévia de determinados riscos, bem como os riscos excluídos.

A avaliação dos riscos é feita pela Diretoria Técnica da Companhia e envolve as atividades abaixo descritas:

- I - Acompanhamento e avaliação das condições de Cosseguro e Resseguro;
- II - Subscrição de riscos;
- III - Criação de novos produtos;
- IV - Gestão de resultado de apólices e produtos;
- V - Discussão / definição das políticas de aceitação com o Atuário;
- VI - Acompanhamento de mercado;
- VII - Elaboração das propostas de seguros;
- VIII - Suportes técnicos a clientes, corretores e prepostos.

A Diretoria Técnica, responsável pela avaliação dos riscos de subscrição, é a responsável também pela coordenação do desenvolvimento ou de qualquer alteração nos produtos, incluindo as políticas de aceitação, metodologia de cálculo de prêmios e provisões, além das negociações envolvendo cosseguro e resseguro.

A Companhia adota uma política de repasse de riscos em resseguro e cosseguro, evitando que os sinistros de baixa frequência e valor elevado afetem a estabilidade do resultado de suas operações. As mudanças nas frequências de sinistro e severidades, que afetam diretamente o risco assumido, são controladas por meio de acompanhamento periódico da área atuarial da Companhia, e seu resultado é refletido, se necessário, nos prêmios cobrados, na aceitação do risco e nas provisões técnicas.

A Companhia opera com o IRB-Brasil Resseguros e Munich Re do Brasil Resseguradora S.A, ambos resseguradores locais. Estes resseguradores possuem um rating A (excelente) na avaliação de risco do segmento de seguros. Dependendo do segmento e produto, a Companhia possui dois tipos de contrato: excesso de responsabilidades e quota-parte.

Os principais ramos operados pela Companhia são: compreensivo empresarial e residencial. As taxas de carregamento praticadas obedecem os percentuais estabelecidos em Nota Técnica Atuarial.

I – Análise de sensibilidade de risco de seguro

A análise de sensibilidade é efetuada sobre as mesmas bases do TAP e tem como objetivo mostrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido as alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data do balanço.

| | Impacto no resultado e patrimônio líquido | | |
|--|---|------------|-----------------------|
| | 30.06.2015 | | |
| Premissas atuariais ^{(1) (2) (3)} | Bruta de Resseguros | Resseguros | Líquida de Resseguros |
| Aumento de 5% na sinistralidade | (411) | 292 | (119) |
| Aumento de 5% na taxa de juros | (13) | - | (13) |
| Aumento de 5% em provisão para despesas relacionadas | (1) | (1) | - |
| Redução de 5% na sinistralidade | 411 | (292) | 119 |
| Redução de 5% na taxa de juros | 13 | - | 13 |
| Redução de 5% em provisão para despesas relacionadas | 1 | (1) | - |

⁽¹⁾ Os montantes apresentados referem-se a impactos no período para o patrimônio líquido e resultado, líquido de impostos.

⁽²⁾ Não inclui DPVAT.

⁽³⁾ A variação da inflação está contida nos valores de sinistros (PSL e IBNR).

II – Distribuição de prêmios emitidos bruto por região geográfica

| Ramo de atuação | 2015 | | | | | | 2014 |
|-------------------------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| | Sudeste | Sul | Centro-Oeste | Nordeste | Norte | Total | Total |
| Compreensivo | 9.622 | 1.877 | 1.591 | 1.482 | 557 | 15.129 | 30.639 |
| Outros riscos ⁽¹⁾ | 584 | 95 | 87 | 73 | 26 | 865 | 812 |
| Total em 2015 ⁽²⁾ | 10.206 | 1.972 | 1.678 | 1.555 | 583 | 15.994 | 31.451 |
| Total em 2014 ⁽²⁾ | 20.544 | 3.911 | 2.339 | 3.246 | 1.411 | 31.451 | |

⁽¹⁾ Referem-se a automóvel, responsabilidades e transportes.

⁽²⁾ A concentração de riscos não contempla DPVAT, riscos vigentes e não emitidos e retrocessão que perfazem um total de R\$ 24.068 (R\$ 15.408 em 2014).

14. EXIGÊNCIA DE CAPITAL

A Resolução CNSP nº 316/2014 dispõe sobre as regras de exigência de capital para funcionamento das empresas reguladas pela SUSEP. É apurada suficiência de capital se a seguradora apresentar: (i) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e (ii) liquidez em relação ao Capital de Risco.

O Capital Mínimo Requerido (CMR) corresponde ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

- (a) O Capital base é regulamentado pela Resolução CNSP nº 316/2014, e corresponde ao montante fixo de R\$ 15.000 de capital que a entidade deve manter para operar em todo o país.

(b) O Capital de risco é constituído das parcelas dos riscos operacional, de subscrição, e de crédito, conceituados a seguir:

- Capital de risco de subscrição: montante variável de capital que garante o risco de subscrição, mensalmente calculado com base na Resolução CNSP nº 280/2013. O risco de subscrição abrange a possibilidade de ocorrência de perdas associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para calcular prêmios, contribuições e provisões técnicas, decorrentes das operações da seguradora.
- Capital de risco de crédito: montante variável de capital que garante o risco de crédito, mensalmente calculado com base na Resolução CNSP nº 228/2010. O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento da contraparte quanto às obrigações.
- Capital de risco operacional: montante variável de capital que garante o risco operacional, mensalmente calculado com base na Resolução CNSP nº 283/2013. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultante de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos da Companhia.
- Capital de risco de mercado: montante variável de capital que garante o risco de mercado, recentemente regulamentado pela Resolução CNSP nº 317/2014. Sua efetiva exigência está prevista para iniciar em 2017, de forma gradual.

A liquidez em relação ao Capital de Risco é caracterizada quando a sociedade supervisionada apresentar montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% da soma das parcelas de riscos.

Abaixo o demonstrativo da exigência de capital:

| | 30.06.2015 | 31.12.2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Patrimônio Líquido | 51.581 | 79.049 |
| (-) Ajustes | 312 | 290 |
| (-) Participação em sociedades financeiras e não financeiras – nacionais | 195 | 171 |
| (-) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro | 7 | - |
| (-) Ativo intangível | 110 | 119 |
| (=) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) | 51.269 | 78.759 |
| • Capital base (A) | 15.000 | 15.000 |
| • Capital de risco (B) | 23.626 | 29.479 |
| - de subscrição | 12.227 | 16.484 |
| - de risco de crédito | 14.179 | 16.583 |
| - de risco operacional | 736 | 842 |
| - benefício da correlação de risco | (3.516) | (4.430) |
| (=) Exigência de capital (CMR) - Maior entre A e B | 23.626 | 29.479 |
| Suficiência de PLA em relação ao Capital de Risco = (PLA) - (B) | 27.643 | 49.280 |

| | 30.06.2015 | 31.12.2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Provisões a serem garantidas ⁽¹⁾ (C) | 23.885 | 29.365 |
| Ativos garantidores das provisões ^{(1) (2)} (D) | 65.763 | 59.254 |
| Excesso à necessidade de cobertura (E) = (D) - (C) – Nota 6(e) | 41.878 | 29.889 |
| Liquidez em relação ao Capital de Risco (E/B) | 177% | 101% |

⁽¹⁾ Saldo líquido de DPVAT, pois estes ativos garantem exclusivamente as respectivas provisões, conforme Circular SUSEP nº 386/2009 – Nota 6(e).

⁽²⁾ Composto integralmente por ativos líquidos, conforme Nota 6(e).

Em 15 de julho de 2015 foi publicada a Resolução CNSP nº 321, a qual substituirá a Resolução CNSP nº 316 a partir de agosto de 2015. Não haverá impactos para a Seguradora.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Lei nº 12.973/2014

Em 13.05.2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão em lei da Medida Provisória nº 627/2013, alterando a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Destacamos os seguintes aspectos:

- cria um novo regime fiscal para apuração dos tributos acima, dando fim ao Regime Tributário de Transição; e
- dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

A referida Lei entrou em vigor em 01.01.2015, e tal adoção não gerou efeitos ou alterações significativas sobre estas demonstrações contábeis, conforme evidenciado.

16. COMITÊ DE AUDITORIA

Conforme previsto na Resolução CNSP nº. 118/2004, o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, compreendendo a Safra Seguros Gerais S.A., está sendo divulgado em conjunto com as demonstrações contábeis da Companhia Líder do Conglomerado, o Banco Safra S.A., e encontram-se disponíveis no site do Banco Safra (www.safra.com.br).

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Safrá Seguros Gerais S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Safrá Seguros Gerais S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Safra Seguros Gerais S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas anteriormente apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Safra Seguros Gerais S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

São Paulo, 26 de agosto de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luiz Antonio Fossa
Contador CRC 1SP196161/O-8